

CONDOMÍNIOS FECHADOS E A INSEGURANÇA QUE PROPORCIONAM

PÂMELA PADILHA SILVEIRA¹; CAMILA SANTOS CORDEIRO²;
ADRIANA PORTELLA³

¹*Universidade Federal de Pelotas – pamelasilveira01@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – camila-santosbr@hotmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – adrianaportella@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, será analisado o processo de reestruturação urbana que vem crescendo a cada dia dentro dos municípios do país. É fato que o termo "aglomeração urbana" vem se tornando cada vez mais presente na nossa atualidade, e grande parte disso se dá à construção dos condomínios fechados, sejam eles de baixa renda, ou de alto poder aquisitivo.

Os condomínios e loteamentos fechados, que estavam sendo destinados apenas às moradias de classe alta e localizados em grandes áreas das zonas periféricas, atualmente são reflexos também de outras classes sociais, contendo características bastante distintas (extensão de área construída, unidade habitacional, serviços coletivos). Constitui em uma busca pela segurança e pela tranquilidade de ter um lar próprio para morar, sem preocupação com a insegurança das ruas e do bairro. Porém, com o passar do tempo, vemos que esse cenário vem se modificando e o termo "condomínio fechado", já não é mais sinônimo de segurança. O foco do estudo se dá em um condomínio de baixa renda, do programa Minha Casa Minha Vida, o Residencial Acácia.

Vê-se, atualmente, que as pessoas preferem ficar dentro de suas casas e apartamentos, se protegendo com gradeados e altos muros, enclausuradas em condomínios, adquirindo sistemas de segurança pessoal e seguros de toda espécie. Assim, creem que estão contribuindo para reduzir as taxas de violência. Mas a pergunta que se faz é: violência para quem?

Há, ainda, quem prefira viver no anonimato, evitando circular nas zonas de perigo, sempre andando acompanhadas, dirigindo dentro de seus carros com os vidros totalmente fechados e não conferindo atenção a qualquer desconhecido que passe. Nesse clima de convivência social, não há solidariedade que se sustente. Ninguém se sente estimulado a socorrer quem quer que se encontre em situação de risco.

Recentemente, surgiu uma notícia a respeito da falta de segurança dentro de um condomínio Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora (MG), esta que trouxe fortes consequências. Segundo o site G1 (2017), famílias já foram expulsas de casa por grupos envolvidos com tráfico de drogas. Por medo de represálias, moradores preferiram não gravar entrevistas.

E isso também tem acontecido em diversos condomínios da cidade de Pelotas (RS). Em abril deste ano, segundo o site Gaúcha ZH, a Polícia Civil criou uma operação para desmascarar um grupo criminoso que atuava em dois condomínios, os residenciais Montevideo e Buenos Aires. No total, foram cumpridos dois mandados de busca e apreensão coletivos, totalizando 480 buscas. "A ofensiva – chamada Operação Hermanos – mobilizou 600 policiais civis e 50 policiais militares, de várias regiões do Estado, e é considerada a maior ação policial já implementada na Região Sul. A chefe da Polícia Civil, Nadine Anflor, está na cidade acompanhando os trabalhos". A reportagem conta que,

segundo investigações, os criminosos extorquiam e ameaçavam moradores dos dois condomínios. Alguns apartamentos serviam como esconderijos para foragidos e para armazenamento de armas de fogo, segundo a polícia.

Essa onda de insegurança, chegou ao Residencial Acácias, onde no dia 15 de junho deste ano, uma moradora do primeiro andar do bloco 6, foi encontrada morta em seu apartamento. Segundo a reportagem do Diário Popular (2019), a mulher chamada Fernanda, foi encontrada por sua amiga, com quem dividia o apartamento, com um saco na cabeça e mais de 50 facadas pelo corpo, na região das costas e nuca.

2. METODOLOGIA

Com todo esse cenário de violência e insegurança dentro dos condomínios, foi feita uma entrevista com uma moradora do Residencial Acácia. Jennifer (22 anos), diz não se sentir segura no condomínio.

Jennifer fez parte do que se conhecia por modelo “Minha Casa Minha Vida – Faixa 1”, em que as famílias inscritas no programa participavam de uma lista de espera e, após um sorteio, eram chamadas para residir nos imóveis financiados por instituições bancárias. Então, uma visita de um assistente social era feita para que fosse provada a situação de baixa renda de cada família sorteada a adquirir o imóvel próprio.

Segundo a moradora do Residencial, foram feitas poucas reuniões para explicar como uma vida em condomínio funciona, o que, para ela, não foram eficientes para que os moradores do condomínio, majoritariamente oriundos de periferias, entendessem que o modo de agir poderia interferir totalmente na vida de outros moradores. A ideia de receber um lugar próprio para morar quase nunca vem atrelado à tentativa da modificação do hábito de vida, respeitando as regras de um condomínio.

Ao mesmo tempo que a forma do prédio residencial como condomínio surge como uma boa forma de aproveitamento do solo, não só horizontal, mas vertical, tecnicamente falando, se cria uma complexa e complicada forma de viver e de se relacionar com o próximo. Segundo Jennifer, não houve nenhuma outra visita de qualquer representante da Secretaria Municipal De Habitação, após a mudança dela e de sua família para o residencial, a fim de acompanhar o processo de adaptação à vida condoninal. Alguns cursos (de pouco reconhecimento) foram ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), na tentativa falha de capacitar os moradores. A taxa de condomínio foi outro tópico apontado pela moradora, que, para muitas famílias, sai mais alto que a própria prestação do apartamento, como acontece em seu caso.

Ainda sobre a questão de seguridade, Jennifer comenta que o sistema de segurança apenas iria funcionar se feito de maneira adequada, com porteiros que exigissem a identificação das pessoas ao entrarem no condomínio. Contudo, a moradora relata que já ocorreram casos de moradores insultarem o porteiro por exercerem seu trabalho de perguntar aonde os visitantes gostariam de ir, dificultando o serviço feito para a própria segurança do condomínio e dos moradores. Logo, além de uma portaria eficiente, é necessária compreensão por parte dos moradores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Jennifer comenta então que foi morar no condomínio ciente de que poderia estar suscetível ao vandalismo, sem a contribuição por parte dos moradores, os

tornando suscetíveis a companhia de traficantes e bandidos dentro do condomínio. Ao se mudar, sua expectativa era grande em ter o seu imóvel próprio, mas não tão grande por saber do que já acontecera no condomínio vizinho. Mesmo após 2 anos morando no Residencial Acácia, Jennifer e sua família seguem no receio de terem seu apartamento invadido por bandidos. A moradora explica que o condomínio está em uma área não consolidada, cheia de vazios urbanos, o que propicia ainda mais a insegurança do local. Acredita-se que nesses vazios urbanos surgirão novos condomínios fechados, tanto para baixa renda classe baixa, quanto para classes médias.

Jennifer relata o que sentiu após saber da notícia da morte de Fernanda, também moradora do Residencial Acácia. Ela relata que ficou apavorada com o crime em si, pela brutalidade do acontecimento e não pode ter acontecido dentro do seu próprio condomínio. Jennifer afirma que não conhece muitos de seus vizinhos, e por isso, desconhece muitos moradores do condomínio. Ainda afirma que não utiliza as áreas de uso comum do condomínio.

O medo de invasão dentro de seu próprio apartamento segue sendo umas das circunstâncias que mais intimida Jennifer e sua família. Mesmo após o assassinato de Fernanda, citado acima, Jennifer diz que nada mudou dentro do residencial, no que se diz respeito ao sistema de segurança da portaria.

4. CONCLUSÕES

É certo que, se o cidadão tivesse consciência sobre as regras e sobre as ordens como morador de um condomínio, a segurança não seria um fator tão alarmante dentro dos condomínios fechados de baixa renda. Algumas poucas reuniões, apenas para configurar e deixar registrado que algo foi feito, sem sequer preocupação de uma assistência social para saber se aquilo foi/está sendo eficiente, torna todo o trabalho feito antes em vão. Sabe-se que é dever do Estado administrar a insegurança existente, tanto do lado de fora desses condomínios, como dentro destes. Ressaltando que é uma utopia achar que ela um dia deixará de existir. Desse modo, se propiciaria ao cidadão o mínimo de dignidade humana quando estivesse dentro do condomínio ou andando pelas ruas da cidade, sejam elas muradas, gradeadas ou não.

Teoricamente, a força policial deveria ser um instrumento de controle da criminalidade a serviço da sociedade, constantemente vigiada para que os direitos civis e humanos fossem respeitados. A violência deveria ser coibida pela polícia e não por ela praticada sob o pretexto de reprimir a violência.

Desse modo, se chega à conclusão de que não só assuntos como a construção em si dos conjuntos habitacionais devem existir, mas cabe ao Estado o dever de intervir para diminuir a criminalidade e insegurança que já vem de forma intrínseca na cultura dos cidadãos menos beneficiados, seja na qualidade de educação, na qualidade do serviço básico de saúde e de trabalho. Falta compreensão, que deveria partir dos próprios cidadãos, em entender que suas ações propiciam ou impedem o aumento da criminalidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ROBERTO, Paulo. Produção Imobiliária e Reestruturação Urbana nas cidades de Pelotas e Rio Grande (RS). RESEARCHGATE, Rio Grande, p.01-24, Ago. de 2016.

MEIRELLES, Luiza. Residencial Acácia: mais 240 famílias têm seu apartamento próprio. Disponível em: < <http://www.pelotas13horas.com.br/noticia/residencial-acacia--mais-240-familias-tem-seu-apartamento-proprio-3ef479e3-fa00-492e-b222-e3b79a292aa1> > Acesso em: 08 de Jul. de 2019.

CAIXA. Financiamento Habitacional. Disponível em: < <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/Paginas/default.aspx> > Acesso em: 5 de Jul. de 2019.

UFJF. Modelo e Normas. Disponível em: < http://www.ufjf.br/emem/files/2012/05/Modelo_e_Normas_Submis_VI_EMEM.pdf > Acesso em: 10 de Jun. de 2019.

MGTV. Moradores denunciam rotina de insegurança em condomínios do 'Minha Casa Minha Vida' em Juiz de Fora. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/moradores-denunciam-rotina-de-inseguranca-em-condominios-do-minha-casa-minha-vida-em-juiz-de-fora.ghtml> > Acesso em: 08 de Jul. de 2019.

POLICIA CIVIL, Divulgação. Operação combate grupo que extorquia e ameaçava moradores em condomínios de Pelotas. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/04/operacao-combate-grupo-que-extorquia-e-ameacava-moradores-em-condominios-de-pelotas-cjutnw4c3007701rovamk6st8.html> > Acesso em: 08 de Jul. de 2019.

FERREIRA, Michele. Mulher é morta com mais de 50 facadas, em Pelotas. Disponível em: < [https://www.diariopopular.com.br/seguranca/mulher-e-morta-com-mais-de-50-facadas-em-pelotas-142162&](https://www.diariopopular.com.br/seguranca/mulher-e-morta-com-mais-de-50-facadas-em-pelotas-142162/?route=mulher-e-morta-com-cerca-de-50-facadas-em-pelotas-142162&) > Acesso em: 08 de Jul. de 2019.

Netto, V.M. (2016) "A cidade como resultado: consequências de escolhas arquitetônicas" em R. Balbim, C. Krause e C. Linke (orgs.) Cidade e Movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: IPEA.
[al/index.htm](#)